

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ROSANA GALVÃO DA SILVA

**POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NAS REGIÕES
BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1995 A 2013**

CARUARU - PE

2015

ROSANA GALVÃO DA SILVA

**POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NAS REGIÕES
BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1995 A 2013**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, no Centro Acadêmico do Agreste desta Universidade, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sonia Rebouças da Silva Melo

CARUARU - PE

2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

S586p Silva, Rosana Galvão da.
Pobreza e desigualdade de renda nas regiões brasileiras no período de 1995 a 2013. /
Rosana Galvão da Silva. - Caruaru: O Autor, 2015.
54f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Sonia Rebouças da Silva Melo.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Pobreza. 2. Renda – Desigualdades regionais. 3. Brasil – Política e governo, 1995
- 2013. I. Melo, Sonia Rebouças da Silva. (Orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-198)

**POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NAS REGIÕES
BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1995 A 2013**

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

A Comissão Examinadora, composta pelas Professoras abaixo, sob a Presidência da primeira, considera a aluna **Rosana Galvão da Silva** APROVADA.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Sonia Rebouças da Silva Melo
(Orientadora)

Prof^ª. Monaliza de Oliveira Ferreira
(Examinadora 1)

Prof^ª. Lucilena Castanheira
(Examinadora 2)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que sempre me concedeu saúde e força para alcançar meus objetivos, e me proporcionou a alegria de poder concluir este curso.

À minha família, meus pais, Adilson e Jandira, que me ensinaram os maiores valores da vida, e que sempre me deram oportunidade e me incentivaram a estudar. Meus irmãos, Claudiane, Roseane, Júnior e Ellen, que mesmo com meus momentos de estresse, sempre estiveram comigo, me apoiando incondicionalmente.

Ao meu noivo André, pela paciência, incentivo, carinho e compreensão.

A todos os amigos da faculdade, em especial, Wriquilânea, Alexsandra, Stephany, Rejane e Tarcísio, com os quais pude desfrutar de momentos de experiências, companheirismo e descontração.

À Professora orientadora, Sonia Rebouças da Silva Melo, que dedicou seu valioso tempo para me orientar na elaboração e realização desta monografia.

A todos os professores e funcionários da instituição que de alguma forma contribuíram para minha formação pessoal. Em especial as professoras que aceitaram participar da banca, Lucilena Castanheira e Monaliza Ferreira, pelas sugestões ao trabalho.

Finalmente, a todos que contribuíram direta ou indiretamente não só na realização deste trabalho, mas em toda minha caminhada acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Este trabalho pretende fazer uma análise exploratória dos dados que apresentam o comportamento da pobreza e da desigualdade, entre os anos de 1995 e 2013, no país e nas regiões brasileiras, além disso, busca realizar uma breve avaliação da relação existente entre essas variáveis e as variáveis: população residente, população ocupada, despesas com educação e gastos com o Programa Bolsa família, apontadas na literatura como importantes para redução da pobreza e da desigualdade de renda. Verifica-se através das matrizes de correlação uma relação positiva forte entre a pobreza e a desigualdade de renda, indicando que na existência de uma elevação na pobreza tem-se um aumento na desigualdade de renda no país e nas suas regiões. O estudo confirma ainda, a existência de forte correlação negativa entre a pobreza e a desigualdade de renda com as demais variáveis consideradas. À medida que crescem os postos de trabalho, que o governo aumenta o investimento em educação e a transferência de renda através do Bolsa Família, a incidência de pobreza e a desigualdade de renda se reduzem. Observa-se através da análise exploratória dos dados, que no período do Governo FHC, a pobreza e a desigualdade mantiveram-se bastante elevadas. Já no período do Governo Lula, esses indicadores adotaram um comportamento declinante e sustentado, devido, entre outros fatores: à melhora nas condições da economia no período; o aumento na geração de emprego; a elevação da participação do Governo federal, com a política de valorização do salário mínimo e a implantação e intensificação de diversos Programas de combate à pobreza. No primeiro mandato da atual Presidente Dilma, a população pobre e a desigualdade de renda continuaram caindo significativamente. Somente no período de 2011 a 2013, mais de 11 milhões de pessoas deixaram de ser consideradas pobres no país. Nestes dois últimos governos, contata-se que houve redução na pobreza e na desigualdade de renda no país, assim como em todas as regiões. Com destaque para as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul que chegaram em 2013 com níveis de proporção de pobres inferiores a 7%. Entretanto, apesar da expressiva queda nos níveis de pobreza e desigualdade de renda obtidos no país e nas regiões nos últimos anos, a desigualdade brasileira ainda continua bastante elevada.

Palavras-chave: Pobreza, desigualdade de renda, governos.

ABSTRACT

This work seeks to make an exploratory analysis of data that show the behavior of poverty and inequality, between the years 1995 and 2013 in Brazil and in the Brazilian regions, and also undertake a brief assessment of the relationship between these variables and the variables: resident population, employed population, spending on education and spending on Bolsa family, identified in the literature as important for reducing poverty and income inequality. Thus, it is seen through the headquarters of exercise a strong positive correlation between poverty and inequality, confirming the hypothesis that there is a close relationship between these variables in the country and its regions. The study also confirms the existence of strong correlation between the other variables considered. As they grow jobs, the government increases investment in education and income transfers through the Family Grant, the incidence of poverty and income inequality are reduced. It is observed by exploratory data analysis available in IPEADATA that in the period of government FHC, poverty and inequality remained fairly high. Already in the period of the Lula government, these indicators have adopted a declining behavior and sustained, due, among other factors: the improvement in economic conditions in the period; the increase in the generation of employment; raising the participation of the federal government, with the valuation policy of the minimum wage and the introduction and intensification of various programs to combat poverty. In the first term of the current President Dilma, the poor and income inequality continued to fall significantly. Only from 2011 to 2013, over 11 million people no longer considered poor in the country. In the latter two governments, if contacts that just as there was a reduction in poverty and inequality in the country there were also sharp decline of these indicators in the regions, even if at different levels. Highlighting regions Midwest, Southeast and South who arrived in 2013 with poor ratio levels below 7%. However, despite the significant drop, the North and Northeast regions presented in the same year, a high concentration of poor people with well above levels to appear in the country. Despite the significant drop in poverty levels and income inequality obtained in the country and regions in recent years, the Brazilian inequality still remains high.

Keywords: *poverty, income inequality, governments.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de pobres por região (1995-2013).....	21
Gráfico 2: Gastos com o Bolsa Família no Governo Lula e Dilma.	23
Gráfico 3: Proporção de indigentes– Brasil e regiões (1995-2013)	25
Gráfico 4: Evolução do índice de Gini – Brasil e regiões (1995-2013).....	27
Gráfico 5: Coeficiente de Gini – países (2012)	28
Gráfico 6: Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres – Brasil e regiões (1995-2013)	30
Gráfico 7: Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres – Brasil e regiões (1995-2013)	31
Gráfico 8: Taxa de crescimento médio anual da participação na renda por décimo da população do Brasil entre 1995 e 2013.....	32
Gráfico 9: Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB <i>per capita</i> anual entre os anos de 1990 e 2005.....	33

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Definição das Variáveis	16
Tabela 1 Evolução temporal do número de pobres - Brasil e regiões (1995-2013).....	18
Tabela 2: Taxa de crescimento da proporção dos pobres por governo no Brasil e regiões	22
Tabela 3 Indigentes por região – (1995-2013)	24
Tabela 4 Matriz de correlação – Brasil – Governo FHC (1995-2002)	36
Tabela 5: Matriz de correlação – Brasil – Governos Lula e Dilma (2003-2013)	37
Tabela 6: Matrizes de correlação – Regiões– Governo FHC (1995-2002).....	38
Tabela 7: Matrizes de correlação – Regiões– Governos Lula e Dilma (2003-2013)	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo geral	13
1.1.1 Objetivos específicos	13
2 METODOLOGIA.....	14
2.1 Análise exploratória dos dados	14
2.2 Análise de correlação.....	14
2.2.1 Método.....	14
2.2.2 Variáveis.....	15
3 EVOLUÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NO BRASIL E REGIÕES.....	17
4 DESIGUALDADE NO BRASIL E SUAS REGIÕES NOS ULTIMOS ANOS.....	27
4.1 Índice de Gini	27
4.2 Razões de renda.....	29
5 RESULTADOS DA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE	46

INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade. A pobreza existe em todos os países, seja pobre ou rico, mas a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países em desenvolvimento. Essa desigualdade, chamada muitas vezes de desigualdade econômica, é decorrente da má distribuição de renda e da falta de investimento na área social (SILVA; SOUZA JUNIOR, 2012).

A pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico (BARROS *et al.*, 2001). É considerada um fenômeno bastante complexo, que pode ser definida como absoluta, quando as necessidades mais básicas do indivíduo ou família não são atendidas, ou relativa, no caso em que o indivíduo ou família dispõem do mínimo para sua subsistência, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a sociedade em que vivem (ROCHA, 2006).

Devido aos enormes índices de desigualdade e pobreza experimentadas há séculos pelo povo brasileiro, esse tema vem assumindo maior destaque entre os estudiosos. As questões relacionadas com a distribuição de renda são fundamentais para a compreensão do quadro social do País.

Segundo Rocha (2013), a incidência de pobreza é afetada por diversas variáveis, entre elas: a taxa de crescimento demográfico, por aumentar o número de dependentes na família; também o comportamento do produto, principalmente em áreas mais dinâmicas voltadas para o mercado, e ainda, o nível de inflação, uma vez que são as rendas dos pobres as mais vulneráveis à corrosão pela alta de preços.

O Brasil se destaca pela grande disparidade regional, com regiões dinâmicas, modernas, que apresentam indicadores socioeconômicos de nível consideravelmente elevado, mas também com regiões mais atrasadas, com baixo dinamismo econômico que oferecem uma condição de vida menos favorável à sua população. Este não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. A origem da pobreza no Brasil não está na escassez absoluta ou relativa de recursos, mas sim, no enorme grau de desigualdade na distribuição de renda, que se constitui como principal determinante da pobreza brasileira (BARROS, 2001). Rocha

(2013) destaca que as duas variáveis tem relação positiva e que a persistência da pobreza no Brasil não se deve ao nível de renda *per capita*, mas a enorme desigualdade da sua distribuição.

Entretanto essa situação de alta concentração de renda e pobreza presente no país até o início da década de 2000 vem se modificando. O V Relatório Nacional de Acompanhamento (2014)¹, mostra que o Brasil reduziu a fome a miséria para menos de um sétimo de 1990 para 2012². O relatório destaca ainda que esse resultado é respaldado, entre outros, pela adoção de políticas deliberativas de incentivo a atividade econômica, que reconduziram o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, além da queda no desemprego, e da criação, aperfeiçoamento e expansão de programas de combate à pobreza e complementarmente à desigualdade de renda.

As mudanças na distribuição de renda e no perfil da pobreza no período de 2004 a 2009 foram em grande parte motivadas pela estabilidade conferida pela política macroeconômica e pelo momento positivo da economia internacional, que criaram um ambiente favorável para o crescimento econômico e a geração de empregos. No entanto, o destaque maior é dado às políticas sociais, os aumentos reais do salário mínimo, que passaram de compromisso de governo a lei e da expansão das transferências focalizadas de renda (SOUZA *et al.*, 2011).

Segundo o Comunicado IPEA (2012), a redução da desigualdade observada na década passada pode ser decomposta pelas diversas fontes de renda captadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e retrabalhadas da seguinte forma: trabalho (58%), previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC 4%) e outras rendas (6%) como aluguéis e juros. A partir desse resultado pode-se observar que mais da metade da queda da desigualdade deve-se ao efeito da expansão do trabalho. Entretanto, também é notória a importância das políticas de transferência direta de renda do Governo Federal, pois através delas o declínio na desigualdade foi de 36% no período observado.

Os dados acima confirmam a relativa importância dos programas de transferência de renda que são cada vez mais usados como políticas públicas. O forte impacto na pobreza e na

¹Esse relatório acompanha as metas do milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

²Em 2012, a linha de pobreza extrema internacional correspondia a R\$ 2,36 por dia, ou R\$ 71,75 por mês.

desigualdade de renda é ocasionado, em parte, pela capacidade dos programas de chegarem aos mais pobres.

Porém, deve ser ressaltado que mesmo diante dessa importante redução, o Brasil continua entre os países que possuem um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo. Mesmo no ritmo acelerado com que vem declinando, seriam ainda necessários mais de 20 anos para que atingíssemos níveis similares aos da média dos países com maior grau de desenvolvimento (BARROS *et al.*, 2007).

Diante do que foi mostrado anteriormente, e partindo do pressuposto de que a pobreza e a desigualdade de renda apresentam uma relação muito próxima, este estudo busca apresentar a evolução dessas duas variáveis no Brasil e nas Regiões: Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, nos últimos três governos. Além disso, busca identificar o grau de correlação existente entre pobreza e desigualdade, juntamente com as variáveis: população residente, população ocupada, despesas com educação e gastos com o Bolsa família.

Embora estejam disponíveis na literatura estudos que se dedicaram à caracterização da evolução da pobreza e da desigualdade no Brasil nos últimos anos, principalmente a partir do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que se destaca pela significativa redução da desigualdade e da pobreza no País, notou-se que poucos abrangem também o período do Governo de Fernando Henrique Cardoso³. Dessa forma, pretende-se discutir sobre o assunto, de modo a mostrar a disparidade nos indicadores observada entre esses governos.

O presente trabalho está estruturado em seis seções, além dessa introdução. Na primeira e segunda seção são apresentados, respectivamente, os objetivos e a metodologia empregada. Na terceira seção é feita uma descrição da evolução da pobreza no país e suas regiões. Na seção seguinte, demonstra-se a desigualdade de renda no Brasil e regiões nos últimos anos a partir de indicadores de concentração de renda. Na quinta seção é exposto o resultado e as discussões do breve exercício de correlação entre pobreza e desigualdade de renda. A seção final é dedicada às considerações finais.

³ Para fins de simplificação, no decorrer do trabalho os Governos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso serão chamados de Governo Lula e Governo FHC.

1.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa consiste em apresentar a evolução da pobreza e desigualdade de renda no Brasil e em suas regiões nos anos de 1995 a 2013, fazendo uma comparação entre os três últimos governos presidenciais.

1.1.1 Objetivos específicos

- Realizar uma análise comparativa dos indicadores de pobreza e desigualdade nos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff;
- Fazer uma breve avaliação da relação existente entre pobreza e desigualdade, juntamente com as variáveis: população residente, população ocupada, despesas com educação e gastos com o Bolsa Família.

2 METODOLOGIA

2.1 Análise exploratória dos dados

Para apresentar a evolução da pobreza e da desigualdade de renda em cada período dos governos utiliza-se de uma análise exploratória dos índices dessas variáveis, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que estão disponíveis no site do IPEADATA.

O período selecionado se inicia em 1995, ano do início do Governo FHC e posterior à implantação do Plano Real. E finaliza-se no ano de 2013 por ser o último ano para o qual existem dados disponíveis no IPEADATA. Desse modo o período em análise abrange o Governo FHC (1995-2002), passando pelo Governo Lula (2003-2010) e posteriormente pelo Governo da atual Presidente Dilma Rousseff (2011-2013), com o objetivo de fazer uma comparação nos níveis de desigualdade de renda e pobreza entre os três governos no Brasil e nas cinco regiões, são elas: Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

2.2 Análise de correlação

Além da análise exploratória dos dados que mostram a evolução da pobreza e da desigualdade de renda durante esses últimos anos no país, também será feita uma breve avaliação da relação existente entre essas variáveis e as variáveis: população residente, população ocupada, despesas com educação e gastos com o Bolsa família.

2.2.1 Método

A análise será realizada a partir de uma matriz, chamada de **matriz de correlação R** que exhibe os coeficientes de correlação, que mede o grau de associação “linear” entre duas variáveis aleatórias X e Y (GUJARATI, 2000).

A matriz seguinte exemplifica uma matriz de correlação entre as variáveis $X_1, X_2, X_3, \dots, X_k$.

$$R = \begin{pmatrix} r_{11} & r_{12} & r_{13} & \dots & r_{1k} \\ r_{21} & r_{22} & r_{23} & \dots & r_{2k} \\ \dots & \dots & \dots & \dots & \dots \\ r_{k1} & r_{k2} & r_{k3} & \dots & r_{kk} \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} 1 & r_{12} & r_{13} & \dots & r_{1k} \\ r_{21} & 1 & r_{23} & \dots & r_{2k} \\ \dots & \dots & \dots & \dots & \dots \\ r_{k1} & r_{k2} & r_{k3} & \dots & 1 \end{pmatrix}$$

onde:

$r_{11}, r_{22}, \dots, r_{kk} = 1$, uma vez que se trata da correlação da variável com ela mesma;

r_{12} : representa o coeficiente de correlação entre X_1 e X_2 ;

r_{13} : representa o coeficiente de correlação entre X_1 e X_3 e assim por diante.

A matriz calcula a correlação entre todas as variáveis, logo é uma matriz simétrica, dado que o coeficiente de correlação entre X e Y (r_{xy}) é o mesmo que entre Y e X (r_{yx}). Os resultados ficam sempre entre -1 e $+1$, isto é, $-1 \leq r \leq 1$. Uma correlação positiva indica que as duas variáveis movem-se juntas, e a relação é mais forte quando a correlação se aproxima a 1. Uma correlação negativa indica que as duas variáveis deslocam-se em direções diferentes, e que a relação fica mais forte quanto mais próxima de -1 . Uma correlação próxima à zero indica que as duas variáveis não estão relacionadas. Se duas variáveis, X e Y , são estatisticamente independentes, o coeficiente de correlação entre eles é zero; mas se $r = 0$, isto não significa que as duas variáveis sejam independentes. O coeficiente é uma medida de associação apenas linear, não tendo valor para descrever relações não-lineares, e não implica necessariamente qualquer relação de causa e efeito, mas simplesmente indica a tendência que aquelas variáveis apresentam quanto à sua variação conjunta (GUJARATI, 2000).

2.2.2 Variáveis

A escolha das variáveis foi realizada através de estudos na literatura. Foram selecionadas as que apresentaram alguma relação com a pobreza e a desigualdade de renda e que apresentaram dados disponíveis para os anos em análise. No Quadro 1 são expostas as variáveis utilizadas no estudo, bem como sua descrição.

Quadro 1: Definição das Variáveis

Dimensão	Variável	Descrição
Pobreza	Proporção de pobres*	Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza. ⁴
	Proporção de indigentes.*	Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de indigência. ⁵
Desigualdade	Índice de Gini*	Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar <i>per capita</i> entre os indivíduos. Seu valor pode variar de 0 a 1. Quando o valor é 0, indica que não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), quando é 1, a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade).
Crescimento populacional	População residente**	Estimativas das populações residentes em nível municipal, calculadas com data de referência em 1º de julho de cada ano civil.
Emprego	População ocupada**	Número de pessoas que estavam trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).
Educação	Gastos do governo com Educação e Cultura***	Despesas discriminadas segundo a rubrica: Educação e Cultura.
Transferência de renda	Gastos do governo com Bolsa Família****	Valor nominal total das transferências do programa em dezembro de cada ano.

Fonte: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ***Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional - DFEDUCE, ****Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), disponíveis no site do IPEADATA.

⁴A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de indigência, uma estimativa com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

⁵A linha de indigência aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

3 EVOLUÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NO BRASIL E REGIÕES

Nesta seção apresenta-se a evolução da pobreza e da indigência no Brasil e nas regiões a fim de exibir e comparar os diferentes níveis desses indicadores nos três períodos de governo, destacando alguns acontecimentos e atuações dos governantes na busca pela redução da pobreza.

Essa evolução é avaliada segundo aspectos de incidência, através do número de pessoas pobres e da proporção de pobres. O primeiro é considerado o indicador mais básico de pobreza e o segundo é mais importante por expressar a quantidade de pobres como fração da população total. Dado que a população cresce ao longo do tempo, é mais informativo saber o que acontece com a porcentagem de pobres na população, pois a pobreza em uma sociedade, em termos relativos, pode cair apesar do crescimento do número de pobres (OSÓRIO *et al.*, 2011).

A evolução do número de pessoas pobres no Brasil é apresentada na Tabela 1. Observa-se que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, a intensidade da pobreza no país manteve-se bastante elevada, ultrapassando os 50 milhões de pobres, sofrendo algumas variações para mais ou para menos, mas chegando ao final do período com mais 58 milhões de pobres, cerca de 13% a mais do que no início do governo⁶. Em 2002, ano seguinte à implantação de alguns programas do governo federal⁷, houve uma leve redução no nível de pobres. Entretanto em 2003 o número de pobres volta a subir, atestando insucesso na luta contra a pobreza.

ROCHA (2013) explica que essas oscilações se devem a alguns fenômenos que afetaram direta ou indiretamente as condições de vida das famílias, entre eles, o mau desempenho da economia brasileira no período, que obteve um crescimento do PIB de apenas 1,7% a.a., as crises asiática de 1997 e russa de 1998, as tensões econômicas internas causadas pela desvalorização cambial de 1999 e as incertezas dos mercados face à eleição presidencial de 2002.

⁶As tendências observadas nesse período se reverterem no governo seguinte conforme se verá mais adiante.

⁷Entre eles: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, e Auxílio Gás que tinham como objetivo auxiliar principalmente as famílias de baixa renda com crianças de até 15 anos.

Tabela 1 Evolução temporal do número de pobres - Brasil e regiões (1995-2013)

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	51.784.426	2.732.552	26.231.589	3.114.296	13.622.855	6.083.134
1996	51.800.588	2.833.748	26.385.752	3.254.415	13.391.101	5.935.572
1997	53.449.663	2.635.585	27.295.156	3.489.169	13.806.762	6.222.991
1998	52.070.300	2.575.696	26.403.927	3.567.205	13.548.443	5.975.029
1999	56.183.285	2.952.323	27.729.719	3.899.459	15.013.158	6.588.626
2001	58.963.230	3.014.111	29.021.652	4.429.081	16.305.019	6.193.367
2002	58.701.158	2.938.472	29.008.244	4.668.975	16.249.134	5.836.333
2003	61.814.129	3.228.790	30.201.256	4.870.976	17.562.951	5.950.156
2004	60.132.299	2.759.581	29.037.673	6.698.160	16.289.379	5.347.506
2005	56.032.401	2.671.903	27.488.316	6.336.164	14.561.794	4.974.224
2006	49.004.957	2.118.498	24.913.958	5.835.542	11.874.138	4.262.821
2007	46.706.214	1.989.441	24.008.258	5.788.996	11.089.445	3.830.074
2008	41.928.361	1.696.077	22.080.839	5.084.403	9.671.370	3.395.672
2009	40.066.020	1.588.690	21.025.864	5.132.300	9.167.038	3.152.128
2011	34.355.298	1.173.375	18.364.417	4.885.455	7.360.383	2.571.668
2012	30.350.786	966.710	16.577.124	4.441.469	6.288.771	2.076.712
2013	28.698.598	958.460	15.441.131	4.243.039	6.156.848	1.899.120
Taxa de crescimento	-44,58%	-64,92%	-41,14%	36,24%	-54,81%	-68,78%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Seguindo com a análise da Tabela 1 é possível inferir que na segunda década, mais precisamente após o início do Governo Lula, a incidência da pobreza no Brasil adotou um comportamento declinante e sustentado, diferentemente do período anterior, reduzindo-se em mais de 35% ao longo dos anos. Partindo de um total de quase 62 milhões de pobres em 2003 para aproximadamente 40 milhões em 2009. Esse período de forte queda na pobreza coincide com a implantação de diversos Programas de combate a pobreza do Governo Federal

Em Janeiro de 2003, início do Governo Lula, é implantado o Programa Fome Zero, que foi anunciado como o carro-chefe da política do novo governo e incorporava uma série de programas e iniciativas federais pré-existentes, dentre eles os programas de transferência de renda do Governo FHC, como o auxílio gás, o PETI, e o auxílio alimentação. Com o Fome Zero as transferências de renda seriam unificadas e repassadas para todas as famílias de baixa renda. Porém, ao longo do ano, o governo enfrentou dificuldades com este Programa e optou por relançar sua política de transferência de renda em outubro com o Programa Bolsa Família (PBF), que combina de forma mais sensata o conjunto de programas já existentes, inclusive o Fome Zero, ao mesmo tempo que reintroduz a focalização diferenciada dentre as famílias pobres (ROCHA, 2005). O PBF foi criado com os objetivos de aliviar a pobreza no curto prazo, por meio das transferências de renda, e de combater a sua transmissão entre gerações, por meio de condicionalidades voltadas para incentivar as famílias a realizarem investimento em capital humano (MEDEIROS *et al.*, 2007).

Além da continuidade das políticas de transferência de renda, Baltar *et al.* (2009) destacam que o Presidente Lula no seu primeiro mandato também seguiu com a política macroeconômica, de metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário, usada no segundo mandato do Governo FHC, que somada à melhora na situação da economia mundial para os países em desenvolvimento favoreceram as exportações e a ampliação do consumo e do investimento no Brasil, e levou a contração da inflação e a um crescimento expressivo do PIB até a crise internacional de 2008.

No segundo mandato, o Governo Lula manifesta uma posição diferente da assumida no primeiro com relação ao crescimento econômico, e entre outras medidas, cria o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Além disso, assume o compromisso de manter o aumento do salário mínimo, e de arcar com a elevação das despesas da seguridade social dos benefícios associado ao mesmo. Dessa forma, essas medidas juntamente com aumento do emprego, dos rendimentos do trabalho, e das transferências de renda, contribuíram para elevação da renda das famílias, especialmente daquelas com menor renda (BALTAR *et al.*, 2010). Com base nestas informações é possível afirmar que os resultados positivos obtidos no governo Lula não foram devidos somente a esse governo, mas também ao desempenho da economia mundial e a ações e políticas adotadas no governo anterior.

Olhando ainda para Tabela 1, pode-se ver que 2011 e 2013, no primeiro mandato da atual Presidente Dilma, a população de pobres continuou caindo significativamente. Durante

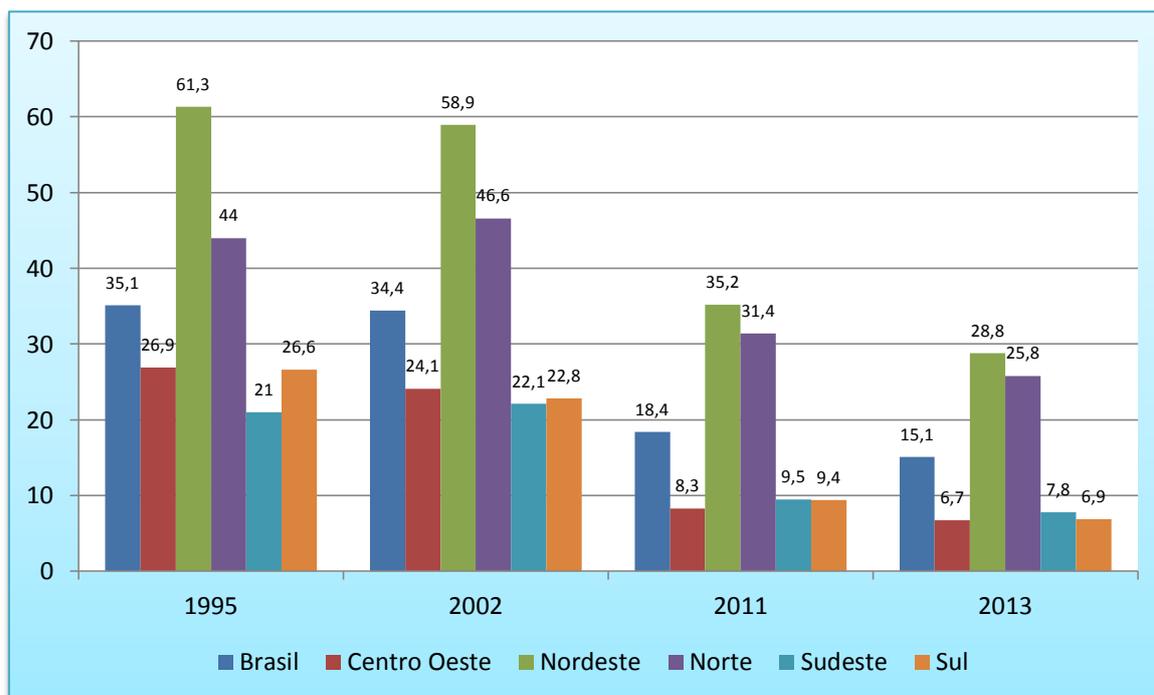
esses três anos a população de pobres reduziu em mais de 16%, o que indica que mais de 11 milhões de pessoas deixaram de ser consideradas pobres no país.

Logo no início do mandato, o governo atual realizou mudanças no desenho do programa Bolsa família, priorizando o atendimento de famílias com crianças, pelo fato de serem dependentes dos demais componentes da família. As medidas adotadas tinham como objetivo eliminar o hiato de renda, ou seja, a diferença entre a renda da família e o valor da linha de pobreza extrema, levando, pelo menos teoricamente, todas as famílias com crianças de 0 a 15 anos a sair da faixa de pobreza extrema. Neste sentido, seria possível praticamente zerar a pobreza extrema e reduzir drasticamente a desigualdade entre jovens e os demais indivíduos (ROCHA, 2013).

Considerando o período como um todo, verifica-se que o número de pessoas pobres no país caiu em mais de 44% e que a proporção de pobres, mostrada no Gráfico 1, declinou para menos da metade, de cerca de 35% em 1995 para cerca de 15% em 2013, o que corresponde a declínios desses indicadores em todas as regiões, mesmo que em níveis distintos.

Dessa forma, fazendo uma análise da Tabela 1 e do Gráfico 1 para cada região separadamente, nota-se que a região Centro-Oeste além de apresentar menor população pobre dentre todas as regiões exibe uma redução bastante significativa, quase 65% do início do período para último ano analisado. Também é a região que chegou em 2013 com a menor proporção de pobres, apenas 6,7%.

Em contrapartida, na região Nordeste, o número de pobres durante todo período é extremamente expressivo, o maior entre todas as regiões, mantendo um nível de pobreza acima da metade do nível do país em praticamente todos os anos. Analisando o Gráfico 1, pode-se ver que em 1995 a proporção de pobres na região era de 61,3%, ou seja, de toda população do Nordeste quase dois terços era considerada pobre, entretanto em 2013 esse nível reduziu-se para cerca de 35%. Apesar dessa queda bastante acentuada, nota-se que ainda há uma grande concentração de pessoas pobres na região, chegando a ser, por exemplo, mais de 15 vezes maior que na região Centro Oeste em 2013. Neste mesmo ano enquanto no país como um todo tem cerca de 29 milhões de pobres, só o Nordeste compreende mais de 15 milhões desse total.

Gráfico 1: Proporção de pobres por região (1995-2013)

Nota: *Dados disponíveis na tabela 1A do APÊNDICE.
 Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IPEADATA.

A região Norte mostra um comportamento bem diferente das outras regiões e do Brasil. Apesar do declínio de 41% no grau de pobreza apresentada no Gráfico 1, é possível ver na Tabela 1 que houve um aumento no número de pobres de aproximadamente de 36%, que corresponde a mais de 700 mil pessoas. Esse fato pode ser explicado pelo processo de crescimento populacional, haja visto, que de acordo com dados do IPEADATA a população dessa região foi a que mais cresceu, quase 55%⁸, ou seja enquanto a população se expandia a proporção de pobres diminuía, porém a queda na proporção de pobres não alcançou o crescimento populacional.

Os dados indicam ainda que nas regiões Sul e Sudeste o nível de pobreza apresenta pequenas oscilações em alguns anos, mais precisamente entre 1995 e 2003, mas a partir do ano seguinte adota comportamento declinante, chegando a patamares relativamente pequenos em 2013. As duas regiões apresentam uma queda de 69% e 55%, respectivamente, na pobreza durante todo o período, e também queda na proporção de pobres de aproximadamente, 74% no Sul e 63% no Sudeste, percentuais significativamente maiores que os do país, ficando atrás apenas dos resultados obtidos na região Centro-Oeste.

⁸ Dados disponíveis na tabela 7A no APÊNDICE.

A partir da Tabela 2, que exibe os resultados das taxas de crescimento da proporção da pobreza por governo, pode-se perceber mais claramente a intensidade desse indicador em cada período. Do início do Governo FHC para o final, enquanto as regiões Nordeste, Centro Oeste e Sul apresentaram declínio, as regiões Norte e Sudeste tiveram aumento na sua proporção de pobres. Em compensação, no governo do ex-presidente Lula todas as regiões inclusive o Brasil, assumem queda acentuada no nível de pobreza, ultrapassando os 55% na região Centro-Oeste. No Governo da atual presidente Dilma observa-se continuação dessa tendência.

Tabela 2: Taxa de crescimento da proporção dos pobres por governo no Brasil e regiões

	Governo Fernando Henrique (1995-2002)	Governo Lula (2003-2010)	Governo Dilma (2011-2013)	(1995-2013)
Brasil	-1,99%	-40,22%	-17,93%	-56,98%
Centro Oeste	-10,41%	-55,21%	-19,28%	-75,09%
Nordeste	-3,92%	-34,55%	-18,18%	-53,02%
Norte	5,91%	-31,32%	-17,83%	-41,36%
Sudeste	5,24%	-50,00%	-17,89%	-62,86%
Sul	-14,29%	-49,34%	-26,60%	-74,06%

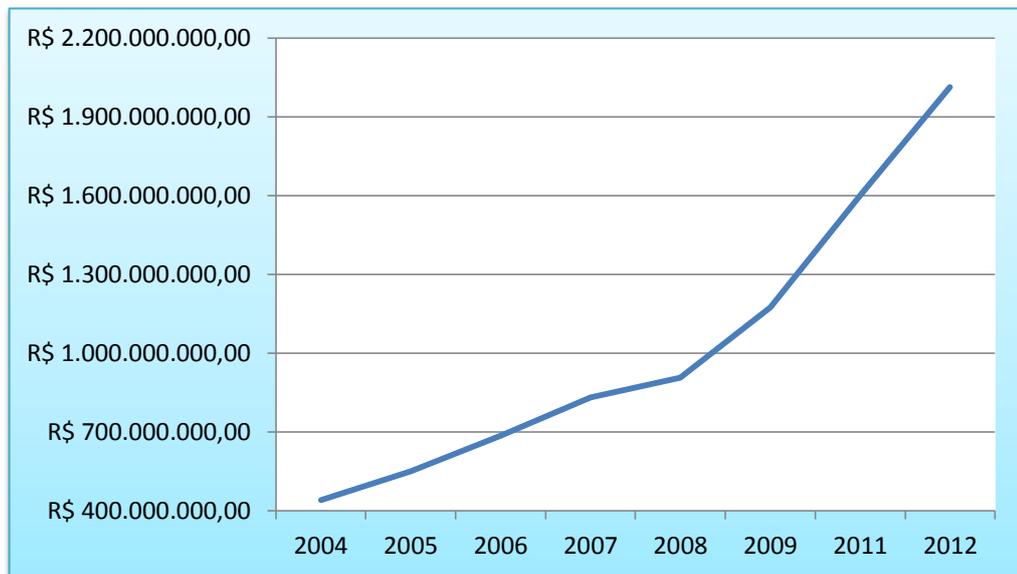
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2013), essa melhoria nos indicadores pode ser atribuída ao período de crescimento econômico e de geração de empregos, determinados pelas condições favoráveis na economia a partir de 2004, além da política de valorização do salário mínimo que foi um importante fator de elevação real da renda média dos estratos inferiores de rendimento. Deve ser ressaltada também a importância dos programas de transferência de renda, mais intensos no período, contribuindo para promover maior redistribuição de renda, melhorando consideravelmente a renda dos mais pobres.

No Gráfico 2 é exibida a evolução dos gastos com Bolsa Família nos Governos Lula e Dilma. Como pode ser visto, a linha de tendência é positivamente inclinada, indicando aumento acentuado nos gastos. Em 2004, o Governo Federal repassou um pouco mais de 439

milhões reais para o Programa. Já em 2012 esse valor mais que quadruplicou, passando dos 2 bilhões de reais.

Gráfico 2: Gastos com o Bolsa Família no Governo Lula e Dilma.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IPEADATA

Quanto à evolução da indigência no Brasil e nas regiões brasileiras, a Tabela 3 exibe esses dados obtidos no IPEADATA que considera como indigente, o indivíduo que tem renda domiciliar *per capita* inferior a linha de extrema pobreza ou indigência⁹. Fazendo uma comparação dos dados das Tabelas 1 e Tabela 3, pode-se extrair que o número de indigentes é consideravelmente menor que o número de pobres, no entanto não deixa de ser um nível bastante elevado, dado que esses indivíduos são considerados aqueles que não possuem o mínimo para sobreviver.

Ainda examinando a Tabela 3, vê-se que quatro das cinco regiões tiveram uma significativa redução no nível de indigentes, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Sul que apresentaram, respectivamente, uma redução de cerca de 59% e 72% de 1995 para 2013. Entretanto a região Norte mostra um comportamento distinto, com aumento de 4,7 no número de indigentes no período. Pode-se observar ainda que essa elevação se deve ao período do governo FHG, dado que entre 1995 e 2002 houve um aumento de cerca de 44,5% no número

⁹ A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

de indigentes. Aumento esse que não foi totalmente compensado pela queda nos índices de 21,6% e 19%, nos governos seguintes.

Tabela 3 Indigentes por região – (1995-2013)

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	22.430.610	903.085	13.529.257	1.306.090	4.446.363	2.245.815
1996	23.320.367	935.248	14.438.054	1.383.415	4.371.854	2.191.796
1997	23.676.733	825.952	14.809.577	1.530.906	4.489.448	2.020.850
1998	22.255.804	769.814	13.473.309	1.562.655	4.324.149	2.125.877
1999	23.954.701	930.390	14.182.705	1.652.187	4.791.683	2.397.736
2001	25.520.845	976.739	15.094.692	1.845.317	5.505.315	2.098.782
2002	23.862.280	907.337	14.249.639	1.887.099	5.005.593	1.812.612
2003	26.242.672	1.037.704	15.566.602	1.987.183	5.715.850	1.935.333
2004	23.577.095	734.626	14.070.019	2.548.776	4.573.765	1.649.909
2005	20.889.220	745.704	12.416.917	2.195.480	4.053.223	1.477.896
2006	17.315.355	565.767	10.581.463	1.916.013	3.042.060	1.210.052
2007	16.504.043	505.670	9.928.593	2.016.820	2.981.023	1.071.937
2008	14.032.928	474.013	8.545.139	1.560.959	2.572.322	880.495
2009	13.597.606	464.693	8.234.090	1.558.147	2.487.089	853.587
2011	11.772.648	317.633	7.086.205	1.686.665	1.997.039	685.106
2012	10.081.225	284.153	5.955.434	1.335.011	1.909.888	596.739
2013	10.452.383	366.740	5.859.935	1.367.054	2.238.209	620.445
Taxa de crescimento	-53,40%	-59,39%	-56,69%	4,67%	-49,66%	-72,37%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 1994, 2000 e 2010.

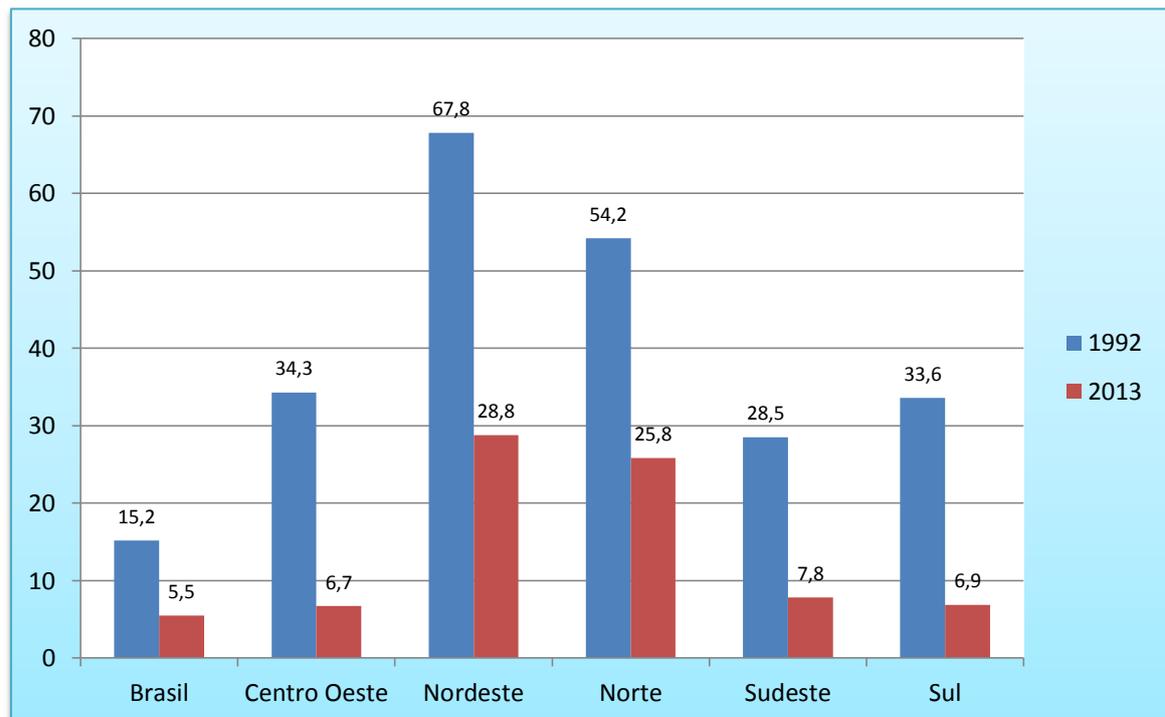
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

Com base nos dados apresentados anteriormente, supõe-se que os fatores que contribuíram para a queda observada no nível de pobres atingiram também o nível de indigentes no Brasil e região. Pois se observa que durante todo período o mecanismo de redução foi praticamente o mesmo apresentado no nível de pobreza, com algumas elevações durante todo o Governo FHC, mas assumindo uma redução bastante intensa a partir de 2003,

mesmo ano em que as políticas de transferência de renda foram intensificadas. Segundo Osório *et al* (2011), essas transferências tem sido fundamentais para a população indigente, pois parte considerável da força de trabalho das famílias nessa situação tem uma relação precária com o mercado de trabalho, o que faz com que suas rendas respondam de maneira insignificante mesmo aos bons momentos da economia.

Nota-se na Tabela 3 e no Gráfico 3 que assim como houve redução no número de indigentes também houve queda na proporção de indigentes no país e nas regiões, de 1995 para 2013, embora com intensidades distintas. Todas as regiões, exceto o Norte, apresentaram quedas bastante significativas nos dois índices, praticamente todas acima de 50%, com destaque maior para a região Sul que apresenta redução de mais de 70% tanto no número quanto na proporção. Entretanto a região Norte mostra-se diferente, exibe um declínio de cerca de 55% na proporção, mas ao mesmo tempo, apresenta um aumento de cerca 4,7% no número de indigentes no período.

Gráfico 3: Proporção de indigentes– Brasil e regiões (1995-2013)



Nota: *Dados disponíveis na tabela 2A do APÊNDICE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

Observando somente o Gráfico 3, nota-se mais claramente a queda brusca na incidência de indigentes no país e nas regiões. De 1995 para 2013 reduziram o nível de indigência para menos da metade. Entretanto, é interessante destacar que os níveis de 25,8% e 28,8% apresentados nas regiões Norte e Nordeste ainda são bastante elevados e muito acima do nível de 5,5% exibido no Brasil.

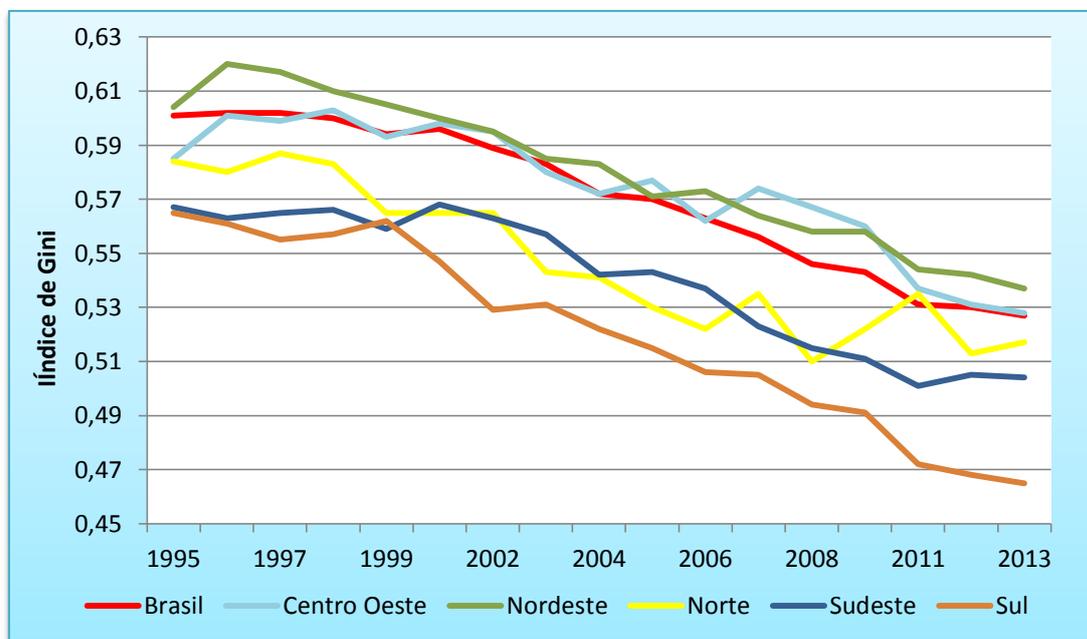
4 DESIGUALDADE NO BRASIL E SUAS REGIÕES NOS ÚLTIMOS ANOS

4.1 Índice de Gini

A análise da desigualdade foi desenvolvida a partir da interpretação de algumas medidas muito utilizadas na literatura, entre elas se utilizou o índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de qualquer distribuição estatística, inclusive a desigualdade existente na distribuição da renda, discutida neste trabalho. Seu valor pode variar de 0 a 1, quanto mais se aproximar de 1 maior será a desigualdade, inversamente, quanto mais o valor se aproximar de 0, menor será a desigualdade, ou seja, a renda será melhor distribuída entre a população (HOFFMANN, 2006).

A partir da evolução entre os coeficientes de Gini, observada no Gráfico 4, é possível constatar que durante os dois mandatos do Governo de Fernando Henrique o Gini Brasileiro demonstra uma alta concentração de renda, se situando em torno de 0,6. E que após o último ano do segundo mandato o país começa a experimentar declínio sustentado na desigualdade, chegando em 2013 com um Gini de 0,527.

Gráfico 4: Evolução do índice de Gini – Brasil e regiões (1995-2013)



Nota: *Dados disponíveis na tabela 3A do APÊNDICE.

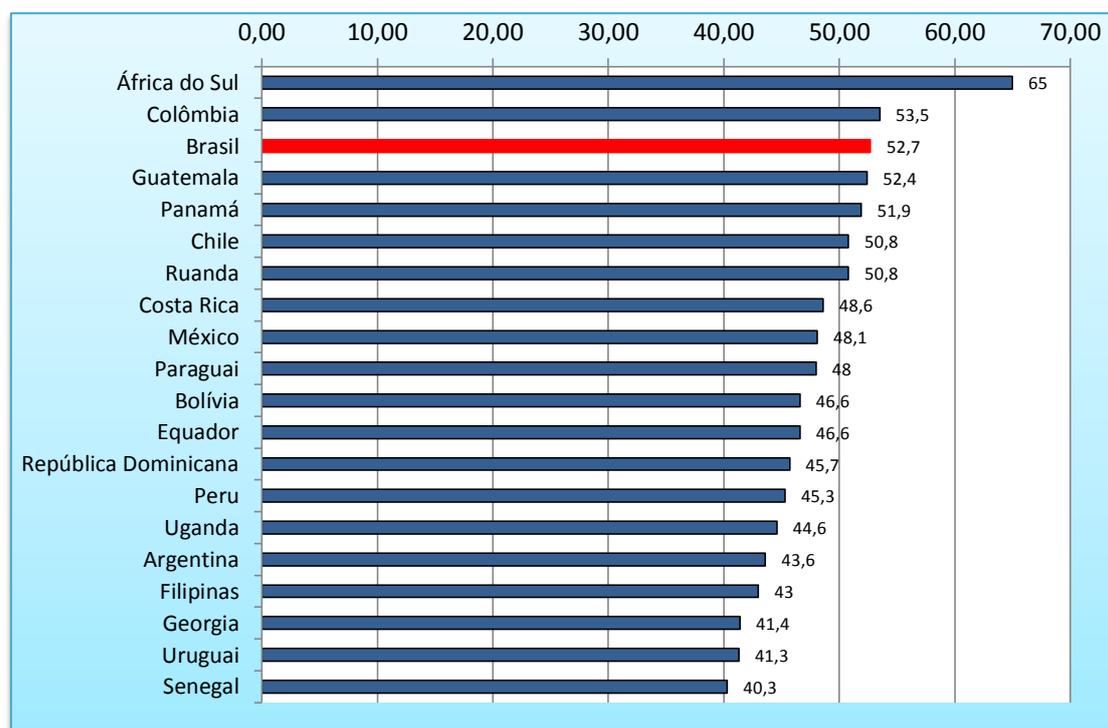
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

Pode-se verificar que de 1995 a 2013, a desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini reduziu-se no Brasil, bem como em todas as regiões, com destaque para a região Sul que apresentou a maior redução, quase 18%, valor bastante superior ao do país, que foi de cerca de 12%. A posição da região Nordeste chama bastante atenção, uma vez que apresenta maior índice em praticamente todos os anos. E mesmo com a queda na desigualdade observada ao longo do período, em 2013, a maior desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini, ainda foi registrada nesta região, 0,537, ao passo que a menor desigualdade foi assinalada na região Sul, 0,465.

É interessante frisar que apesar da redução bastante expressiva dos índices de Gini apresentada no período analisado, o país ainda exibe uma elevada concentração de renda com índices superiores a 0,50.

A partir do Gráfico 5, que apresenta os coeficientes de Gini do conjunto dos 20 países com maior desigualdade, dentre todos que apresentaram informações mais recentes, pode-se ver mais claramente a situação do Brasil. Observa-se que em 2012 o Brasil está entre os 3 mais desiguais do mundo, ficando atrás apenas da África do Sul e da Colômbia.

Gráfico 5: Coeficiente de Gini – países (2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

Esse resultado mostra-se ainda mais negativo quando comparado aos coeficientes dos países desenvolvidos. Segundo um artigo do site Portal Brasil que fala sobre um relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)¹⁰, o Brasil está bem distante do coeficiente médio de 0,32 dos estados membros. Entretanto, o Relatório destaca que nos últimos anos houve aumento da desigualdade nos países ricos, e que alguns países da América Latina, como Brasil, Peru, México, Argentina e Chile apresentaram sinais promissores de redução das desigualdades sociais.

Em suma, o índice de Gini observado demonstra um padrão de comportamento parecido ao observado nos níveis de pobreza apresentados na seção anterior, com altos índices e praticamente estáveis durante o Governo FHC até quase o fim do segundo mandato e uma queda forte e potencialmente sustentada a partir de 2002 até o fim do período analisado.

4.2 Razões de renda

Além da análise exploratória dos dados relativos ao Gini do país e das regiões, o presente trabalho analisa também outras duas medidas de desigualdade bastante tradicionais, tais como: *i*) a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres; e *ii*) a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres. Com relação a essas medidas, pode-se dizer que quanto maior for a distância entre o valor da renda média dos mais ricos e o valor da renda média dos mais pobres, mais injusta deve ser considerada a sociedade. De maneira que quanto menor for a razão entre essas rendas médias, mais igualitária será a estrutura distributiva, com os mais ricos retendo uma renda média de valor relativamente próximo à dos mais pobres (BARROS, 2001).

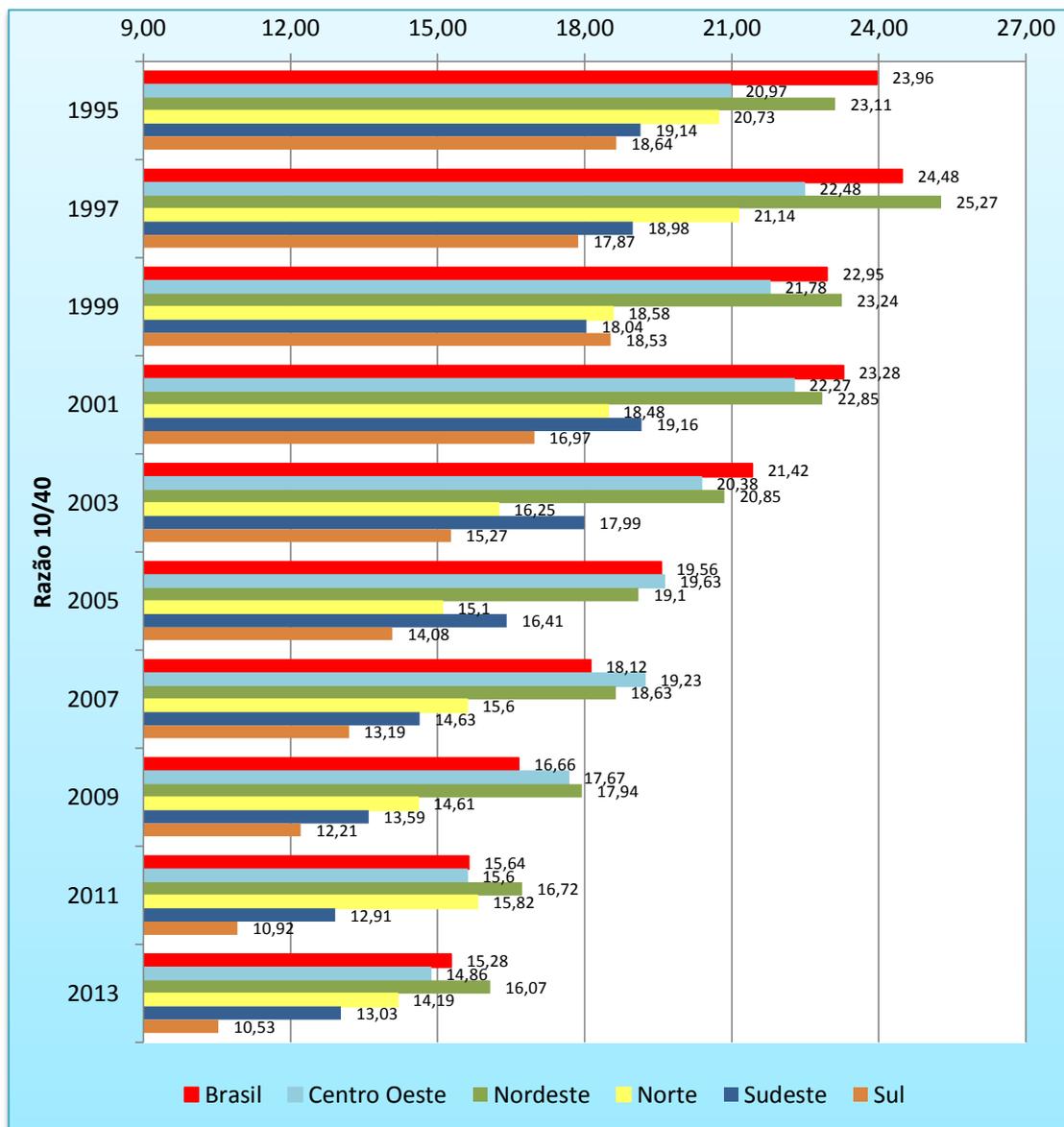
O Gráfico 6 mostra a evolução no indicador de desigualdade de razão 10/40 do Brasil e das regiões. Através dele pode-se verificar que ao se dividir o rendimento dos 10% mais ricos pelo rendimento dos 40% mais pobres, para o ano de 1995, obtém-se a razão de 23,96 para o Brasil, que significa dizer que os 10% com maior renda tinham um rendimento médio quase 24 vezes maior do que o rendimento dos 40% com menor renda. Pode-se ver também que até 2001 os níveis se mantiveram altos e sem tendência a queda. Entretanto a partir deste ano o indicador assumiu um declínio acentuado, que fez com que o grau de desigualdade

¹⁰A maioria dos membros da OCDE é composta por economias com um eleva do PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano e são considera dos países desenvolvidos.

observado se reduzisse para 15,28 em 2013, valor bem menor ao início da série, porém ainda bastante expressivo.

É possível ver que ao longo de todo período, as regiões Centro Oeste e Nordeste, se mantiveram com valores bastante elevados e bem próximos aos do Brasil, no entanto as regiões Norte, Sudeste e principalmente a região Sul, apresentaram razões bem inferiores. Enquanto, por exemplo, o Nordeste exibe em 2013 uma razão maior que a do país de 16,07, a região Sul apresenta razão de 10,53.

Gráfico 6: Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres – Brasil e regiões (1995-2013)

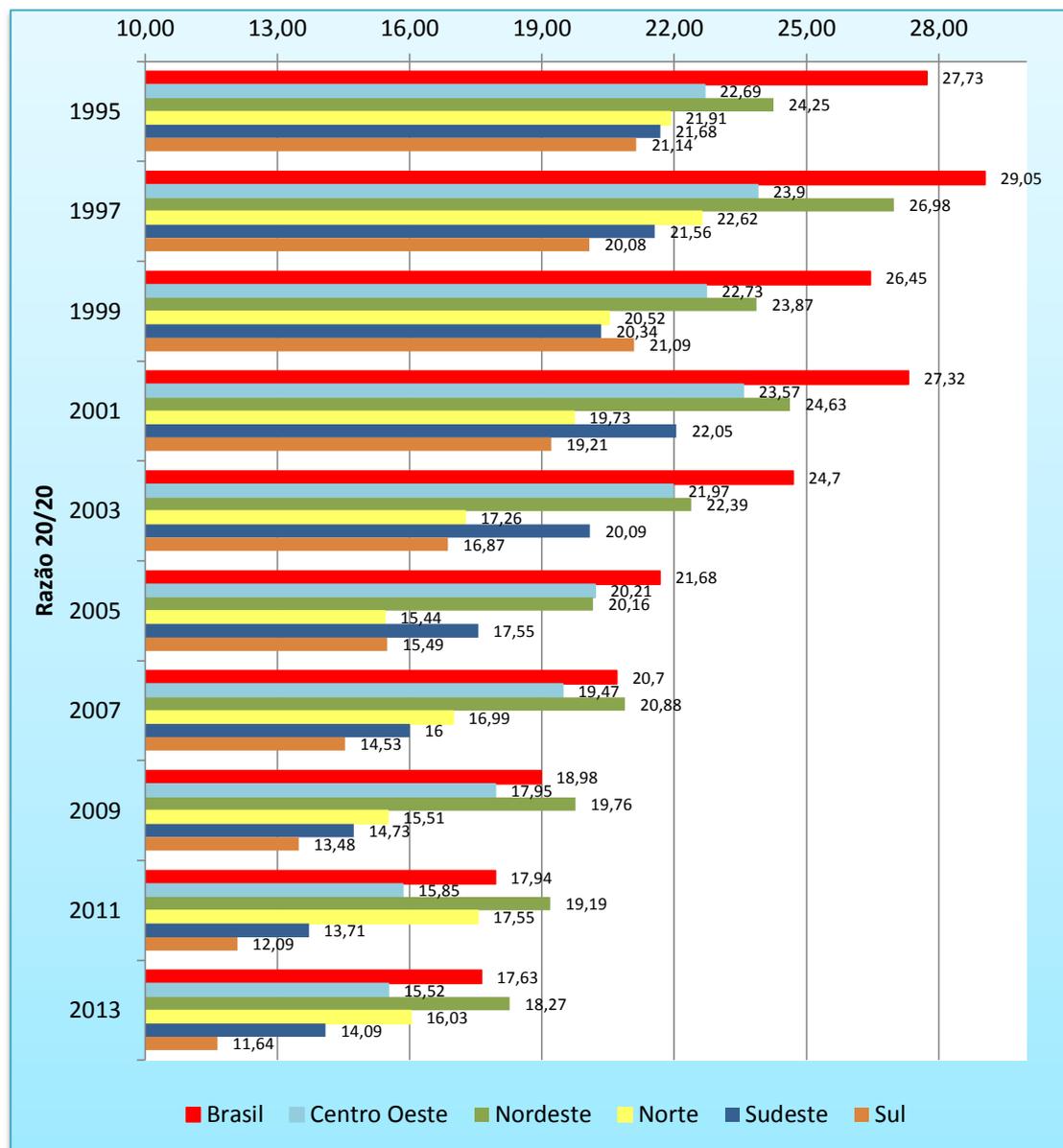


Nota: *Dados para o período completo disponíveis na tabela 4A do APÊNDICE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

A razão 20/20 (20% mais ricos sobre os 20% mais pobres), apresentada no Gráfico 7, confirma a análise do indicador anterior. Enquanto em 1995 a razão do Brasil era de 27,73, em 2013 caiu para 17,63, queda de mais de 36%. O Nordeste é novamente a região que apresenta maior desigualdade, com uma razão de 18,27 em 2013, valor 3,5% maior que a razão do Brasil e mais de 36% maior que a da região Sul.

Gráfico 7: Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres – Brasil e regiões (1995-2013)



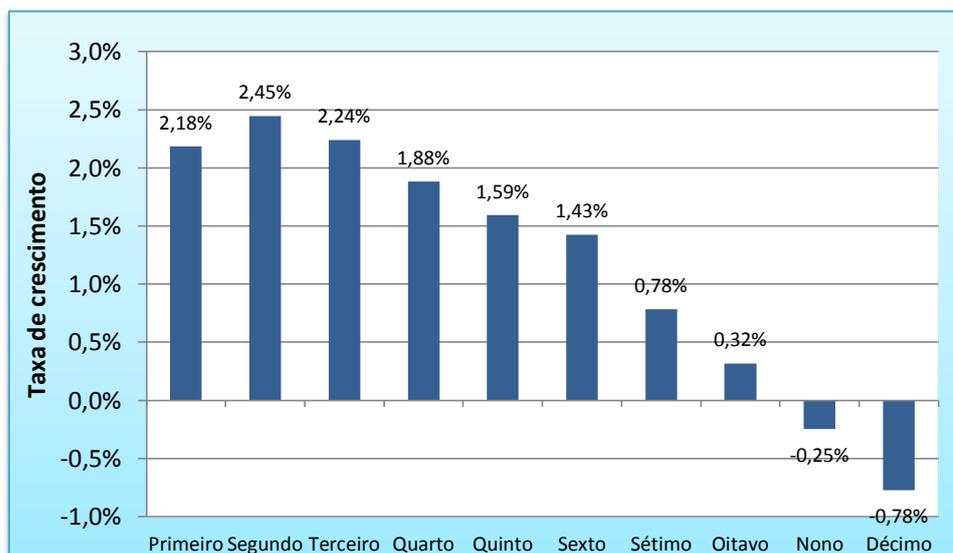
Nota: *Dados para o período completo disponíveis na tabela 5A do APÊNDICE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Observa-se ainda nos Gráficos 6 e 7 que entre os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique praticamente não houve redução, em algumas regiões houve até aumento nas razões, a exemplo da região Centro-Oeste. Pode-se ver ainda um cenário de alta concentração da renda onde os indivíduos que correspondem à parcela dos 10% mais ricos da população se apropriam de uma renda média entre 25 e 22 vezes superior à dos 40% mais pobres; e os 20% mais ricos, por sua vez, dispõem de uma renda que oscila entre 30 e 25 vezes acima do valor da renda obtida pelos 20% mais pobres da população brasileira. Todavia nos anos seguintes houve um declínio bastante acentuado. Vale ressaltar que somente no período de governo do ex-presidente Lula (2003-2009), as razões de renda 10/40 e 20/20 caíram, respectivamente, mais de 22% e 23%. Já no governo da Presidente Dilma as razões continuaram declinando, mas não tão intensamente como no governo anterior.

Analisando os dados do Gráfico 8, que apresenta a taxa de crescimento média anual entre 1995 e 2013 da participação na renda de cada décimo da população, nota-se claramente a melhora na distribuição de renda para os indivíduos situados nos décimos mais pobres. As estimativas mostram um crescimento médio anual de mais de 2% para os 10% mais pobres, ou seja, a participação desse décimo cresceu em cerca de 37% do início do período até 2013, enquanto os 10% mais ricos tiveram uma queda média anual na renda de quase 1%, aproximadamente 13% durante todo período.

Gráfico 8: Taxa de crescimento médio anual da participação na renda por décimo da população do Brasil entre 1995 e 2013.



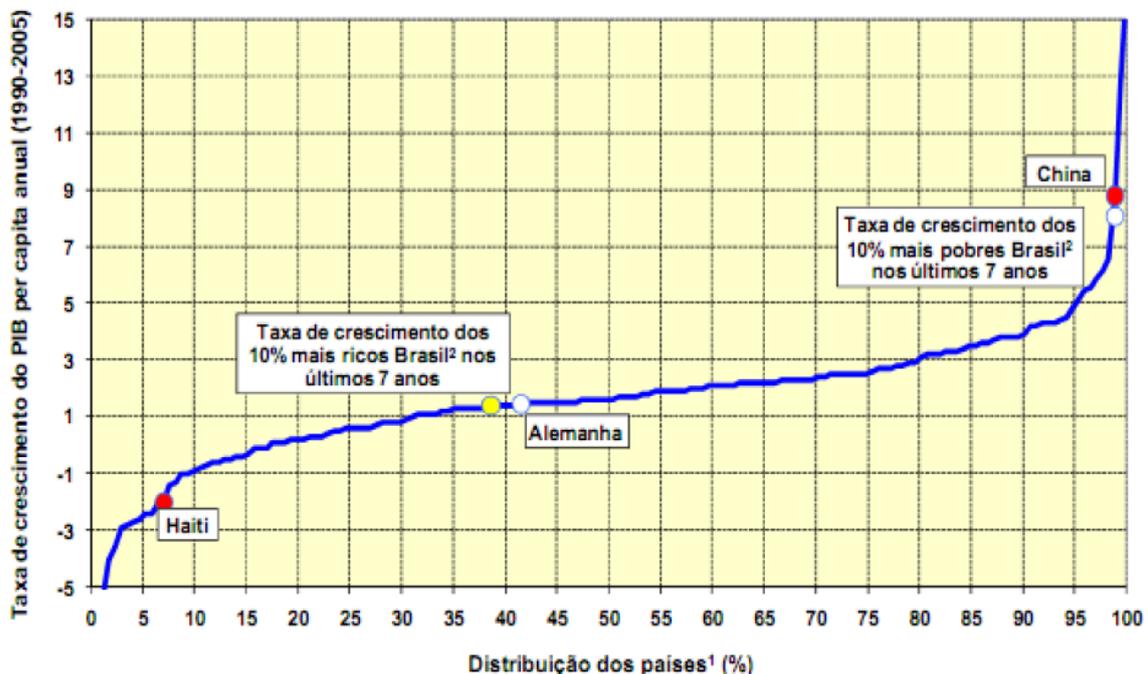
Nota: *Dados disponíveis na tabela 6A do APÊNDICE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Ainda observando o Gráfico 8 vê-se que a evolução da apropriação da renda total pelos décimos foi positiva para os oito primeiros décimos, com níveis mais elevados para os cinco primeiros, e negativa para os dois últimos. Indicando certamente que houve melhora na participação dos mais pobres na renda total do país, e conseqüentemente, redução no nível de desigualdade. Visto que, enquanto a taxa de crescimento da renda população como um todo cresceu em média aproximadamente 1,2% ao ano, entre o segundo décimo mais pobres, por exemplo, a taxa cresceu duas vezes mais rápido (2,45% ao ano) e entre os 10% houve queda (-0,8% ao ano).

Com o objetivo de ilustrar a diferença no crescimento das rendas *per capita* dos décimos da população brasileira, a PNAD apresenta uma comparação entre essas taxas e a de 171 países no período entre 1990 e 2005. Observa-se no Gráfico 9 uma linha de tendência em que estão destacados mais acima a China, considerado o segundo país mais desenvolvido do mundo e mais abaixo Alemanha e Haiti. As posições na linha indicam que enquanto a renda *per capita* dos 10% mais pobres no Brasil cresceu a um ritmo chinês, bastante elevado, a renda *per capita* dos 10% mais ricos cresceu de forma não tão elevada, praticamente igual ao ritmo alemão, que também é bastante desenvolvido mais não tanto quanto o Chinês.

Gráfico 9: Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2005.



Segundo Silva e Souza Junior (2012), a redução na desigualdade é responsável por ao menos metade da queda na pobreza no mesmo período, o que significa que sem essa redução, metade da acentuada queda na pobreza não teria ocorrido.

Segundo um estudo do IPEA (2006) que tratou sobre os determinantes imediatos da queda na desigualdade de renda, e concentrou sua análise em cinco determinantes da renda familiar: *a*) características demográficas das famílias; *b*) transferências de renda; *c*) remuneração de ativos; *d*) acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e, *e*) distribuição dos rendimentos do trabalho. Dois destes fatores tiveram um maior destaque. A partir dos resultados foi constatado que as transferências governamentais contribuíram com cerca de um terço da redução na concentração de renda e que a queda na desigualdade de rendimentos do trabalho explica metade da queda na desigualdade de renda familiar observada de 2001 a 2004, o que aponta para uma elevada importância desses fatores. O estudo apontou ainda que a diminuição das desigualdades de rendimentos do trabalho foi causada por reduções na desigualdade educacional e nas diferenças de rendimentos entre os níveis educacionais. Ao contrário da discriminação salarial por raça e gênero, que se manteve alta e quase inalterada e, portanto, não contribuiu para redução na desigualdade no período.

Por meio desses resultados, entende-se que durante o período observado houve um aumento na proporção dos rendimentos dos mais pobres em relação ao dos mais ricos, em outras palavras, ocorreu uma melhora na distribuição nos rendimentos dos brasileiros. Entretanto, esse resultado não foi bastante para diminuir consideravelmente a desigualdades de renda do Brasil, visto que a apropriação da renda por décimos da população continua com desigualdade muito elevada.

5 RESULTADOS DA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Nas tabelas a seguir são apresentadas as matrizes de correlação, que mostram a relação existente entre a pobreza e a desigualdade de renda, representadas respectivamente pelas variáveis: proporção de pobres e índice de gini, como também a relação entre essas e as variáveis população residente, população ocupada, despesas com educação e gastos com o Bolsa família no Brasil e suas regiões.

A título de comparação a análise foi dividida em dois períodos. O período do governo FHC que vai de 1995 a 2002, onde ainda não existia o Programa Bolsa Família, embora já houvesse despesas com programas como Auxílio-gás, Bolsa escola, Bolsa alimentação e entre outros que o Bolsa Família veio substituir, mas que não estão sendo analisados porque não encontrou-se dados disponíveis. E o período do governo Lula juntamente com o primeiro mandato da atual presidente Dilma Rousseff, que inicia-se em 2003 e vai até 2013, por ser o último ano para o qual existe dados disponíveis. Nesse segundo período é acrescentada a análise de correlação para a variável gastos com Bolsa Família.

A Tabela 4 exibe a matriz de correlação das variáveis em estudo para o Brasil no período do governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir dela nota-se que todas variáveis possuem alguma relação entre si. Pode-se destacar, por exemplo, a alta correlação negativa mostrada entre as variáveis Índice de Gini e população ocupada, de $-(0,937)$. A partir desse resultado infere-se que as mesmas caminham em direções opostas, por exibir valor negativo, ou seja, quando a população ocupada aumenta, a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, cai e vice-versa. Além da relação negativa com essa variável o Índice de Gini também apresentou a mesma relação com as variáveis: população residente e despesas com educação. As mesmas variáveis se relacionam também negativamente com as variáveis proporção de pobres e indigentes. Esta matriz mostra ainda que as variáveis proporção de pobres, Índice de Gini e proporção de indigentes se correlacionam positivamente, entretanto nesta matriz a correlação entre as duas primeiras mostrou-se muito baixa em relação ao esperado, apenas 0,1.

Tabela 4 Matriz de correlação – Brasil – Governo FHC (1995-2002)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.
Prop. Pobres	1					
Prop. Indig.	0,661	1				
Ind. de Gini	0,100	0,749	1			
Pop. Ocupada	-0,083	-0,675	-0,937	1		
Pop. Residente	-0,223	-0,570	-0,836	0,970	1	
Desp. educação	-0,270	-0,707	-0,885	0,960	0,984	1

Elaboração própria

A partir da Tabela 5, que apresenta os coeficientes de correlação das variáveis em estudo para o Brasil no governo Lula e Dilma, percebe-se que todas as variáveis apresentam alta correlação, sendo estas positivas ou negativas. Diferentemente da matriz anterior. Pode-se observar, que o coeficiente de correlação entre as variáveis, Índice de Gini e proporção de pobres é 0,99, que indica uma forte correlação entre as duas variáveis, pois o valor está muito próximo de 1. Como se sabe, o Índice de Gini mede o grau de desigualdade e pode variar de 0 a 1, quanto mais se aproximar de 1 maior será a desigualdade, inversamente, quanto mais o valor se aproximar de 0, menor será a desigualdade. Quanto maior for a desigualdade, maior será a proporção de pobres no país. Essas duas variáveis também apresentam uma alta e positiva correlação com a variável proporção de indigentes. Observa-se ainda que todos os coeficientes dessa matriz apresentaram os mesmos sinais dos obtidos na matriz anterior.

Além dessas variáveis, outras também apresentam o mesmo comportamento. A variável população ocupada tem correlação positiva com as variáveis, população residente (0,976), despesas com educação (0,951) e despesas com o Bolsa Família (0,921). As duas últimas, correlacionam-se entre si e também com a variável população residente. O que mostra que à medida que a população cresce, os gastos com educação e com o Bolsa Família também cresce. Da mesma forma, aumentos em investimento em educação eleva o número de pessoas qualificadas e faz o número de pessoas empregadas crescer.

Tabela 5: Matriz de correlação – Brasil – Governos Lula e Dilma (2003-2013)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Prop. Pobres	1						
Prop. Indig.	0,986	1					
Ind. de Gini	0,990	0,973	1				
Pop. Ocupada	-0,994	-0,987	-0,990	1			
Pop. Residente	-0,963	-0,947	-0,950	0,976	1		
Desp. educação	-0,953	-0,914	-0,969	0,951	0,903	1	
Despesas BF	-0,940	-0,900	-0,948	0,921	0,922	0,966	1

Elaboração própria

Observa-se também na matriz da Tabela 5, por exemplo, a correlação linear negativa da variável população ocupada com as variáveis Índice de Gini, proporção de pobres e indigentes, em outras palavras, indica que à medida que o número de pessoas empregadas aumenta, a pobreza e a desigualdade se reduzem. O mesmo ocorre com a população residente, as despesas com educação e despesas com Bolsa Família. À medida que cada uma aumenta, a pobreza e a desigualdade diminuem.

A Tabela 6, apresentada a seguir, exibe as matrizes de correlação para cada região brasileira para o período do governo FHC. Fazendo uma comparação dessas matrizes com a matriz da tabela 4, que apresenta os coeficientes de correlação das variáveis para o Brasil no mesmo período, observa-se um comportamento divergente da relação do Índice de Gini com as variáveis proporção de pobres e indigentes nas matrizes das regiões Centro Oeste, Norte e Sudeste, isso pode ser causado pelos pequenos saltos ocorridos nos níveis de desigualdade observados no governo FHC. Entretanto esse resultado não se mostra bastante significativo. Ainda na matriz da região Centro Oeste, também observou-se que ao invés de uma correlação forte e negativa, apresentada na primeira matriz, notou-se correlação fraca e positiva do índice de gini com as variáveis população ocupada, residente e despesas com educação.

Tabela 6: Matrizes de correlação – Regiões– Governo FHC (1995-2002)

		Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.
Região Oeste	Prop. Pobres	1					
	Prop. Indig.	0,982	1				
	Ind. de Gini	-0,447	-0,460	1			
	Pop. Ocupada	-0,604	-0,537	0,044	1		
	Pop. Residente	-0,509	-0,429	0,357	0,991	1	
	Desp. educação	-0,408	-0,391	0,004	0,919	0,918	1
Região Nordeste	Prop. Pobres	1					
	Prop. Indig.	0,929	1				
	Ind. de Gini	0,762	0,872	1			
	Pop. Ocupada	-0,765	-0,839	-0,883	1		
	Pop. Residente	-0,783	-0,666	-0,794	0,880	1	
	Desp. educação	-0,841	-0,736	-0,764	0,878	0,980	1
Região Norte	Prop. Pobres	1					
	Prop. Indig.	0,693	1				
	Ind. de Gini	-0,333	0,332	1			
	Pop. Ocupada	0,370	-0,302	-0,845	1		
	Pop. Residente	0,333	-0,317	-0,835	0,994	1	
	Desp. educação	0,388	-0,251	-0,765	0,974	0,984	1
Região Sudeste	Prop. Pobres	1					
	Prop. Indig.	0,821	1				
	Ind. de Gini	-0,002	0,316	1			
	Pop. Ocupada	0,900	0,555	-0,106	1		
	Pop. Residente	0,799	0,472	-0,165	0,959	1	
	Desp. educação	0,803	0,484	-0,086	0,942	0,966	1
Região Sul	Prop. Pobres	1					
	Prop. Indig.	0,885	1				
	Ind. de Gini	0,920	0,978	1			
	Pop. Ocupada	-0,814	-0,788	-0,869	1		
	Pop. Residente	-0,826	-0,795	-0,857	0,924	1	
	Desp. educação	-0,887	-0,852	-0,917	0,874	0,951	1

Fonte: Elaboração própria

Na matriz da região Nordeste pode-se ver que os coeficientes apresentaram o mesmo sinal da matriz do Brasil. Entretanto, com relação aos valores dos coeficientes, alguns se mostraram menores outros maiores, como por exemplo, o coeficiente de correlação entre a proporção de pobres e o Índice de Gini de 0,762, e o coeficiente entre as variáveis população ocupada e proporção de pobres de $-(0,762)$, valores bastante superiores do que os coeficientes das mesmas variáveis para o Brasil de 0,100 e $-(0,083)$, respectivamente.

Nas matrizes das regiões Norte e Sudeste nota-se que os coeficientes relacionados à variável proporção da pobreza com as variáveis índice de gini, população ocupada, população residente e despesas com educação, apresentaram sinais contrários aos obtidos para o Brasil no mesmo período.

A partir da última matriz, que exhibe os coeficientes e correlação das variáveis estudadas para a região Sul, pode-se ver que todos os coeficientes relacionados a variável proporção da pobreza; exibiram correlação com as outras variáveis bem mais fortes do que na matriz 4 que mostra os resultados para o país no mesmo período.

Já a Tabela 7 apresenta as matrizes de correlação das variáveis em estudo para cada região brasileira para o período do Governo Lula e Dilma. Fazendo uma comparação dessas matrizes com a matriz da Tabela 5, que exhibe os coeficientes para o Brasil nesse mesmo período, pode-se ver que os coeficientes das matrizes das regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul apresentaram o mesmo sinal e valores muito próximos do obtido na matriz do Brasil, indicando que as variáveis mostraram o mesmo comportamento.

Na matriz da região Nordeste, percebe-se que todas as variáveis apresentam alta correlação, com valores acima de 0,9, sendo estas positivas ou negativas. A variável gastos com Bolsa família, por exemplo, tem correlação negativa com as variáveis, proporção de pobres $-(0,959)$, proporção de indigentes $-(0,916)$ e índice de gini $-(0,949)$. O que mostra que à medida que aumenta os gastos com Bolsa família há redução na desigualdade e na proporção de pobreza e indigência.

Pode-se observar a partir da matriz da região Norte que quase todos os valores dos coeficientes são menores do que da matriz relativa ao mesmo período para o Brasil. Entretanto, todos mostram alta correlação das variáveis, exceto o coeficiente de correlação entre as variáveis despesas com educação e índice de gini que cai de 0,948 para 0,398.

Tabela 7: Matrizes de correlação – Regiões– Governos Lula e Dilma (2003-2013)

		Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Região Centro Oeste	Prop. Pobres	1						
	Prop. Indig.	0,973	1					
	Ind. de Gini	0,887	0,809	1				
	Pop. Ocupada	-0,987	-0,939	-0,908	1			
	Pop. Residente	-0,976	-0,927	-0,905	0,980	1		
	Desp. educação	-0,921	-0,821	-0,750	0,962	0,890	1	
	Despesas BF	-0,939	-0,925	-0,947	0,958	0,955	0,950	1
Região Nordeste	Prop. Pobres	1						
	Prop. Indig.	0,986	1					
	Ind. de Gini	0,984	0,964	1				
	Pop. Ocupada	-0,899	-0,938	-0,859	1			
	Pop. Residente	-0,970	-0,962	-0,954	0,938	1		
	Desp. educação	-0,955	-0,917	-0,928	0,910	0,957	1	
	Despesas BF	-0,959	-0,916	-0,949	0,693	0,887	0,991	1
Região Norte	Prop. Pobres	1						
	Prop. Indig.	0,975	1					
	Ind. de Gini	0,752	0,830	1				
	Pop. Ocupada	-0,984	-0,949	-0,682	1			
	Pop. Residente	-0,950	-0,899	-0,616	0,962	1		
	Desp. educação	-0,982	-0,950	-0,797	0,980	0,883	1	
	Despesas BF	-0,915	-0,832	-0,398	0,974	0,982	0,970	1
Região Sudeste	Prop. Pobres	1						
	Prop. Indig.	0,968	1					
	Ind. de Gini	0,967	0,942	1				
	Pop. Ocupada	-0,996	-0,958	-0,973	1			
	Pop. Residente	-0,938	-0,899	-0,894	0,954	1		
	Desp. educação	-0,952	-0,884	-0,951	0,965	0,868	1	
	Despesas BF	-0,909	-0,857	-0,883	0,898	0,880	0,938	1

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Região Sul	Prop. Pobres	1					
	Prop. Indig.	0,988	1				
	Ind. de Gini	0,985	0,957	1			
	Pop. Ocupada	-0,976	-0,947	-0,966	1		
	Pop. Residente	-0,916	-0,899	-0,891	0,952	1	
	Desp. educação	-0,862	-0,832	-0,882	0,854	0,767	1
	Despesas BF	-0,921	-0,871	-0,962	0,921	0,789	0,869

Fonte: Elaboração própria

Observando os resultados dos coeficientes de correlação entre a pobreza e a desigualdade das matrizes do estudo para o período do governo Lula e Dilma (2003-2013), verifica-se que todos os coeficientes encontram-se acima de 0,7, apontando, portanto, uma forte correlação linear. O mesmo resultado é verificado se for analisado todo o período, abrangendo os três governos (1995-2013), como pode ser visto nas tabelas de 8 a 13 que estão apresentadas no APÊNDICE. O que atesta a hipótese de que existe uma relação estreita e positiva entre essas variáveis no país e suas regiões para os anos de 1995 a 2013. Entretanto, comparando esses resultados com as matrizes do período do governo FHC, nota-se que as variáveis também apresentam correlação, mas não tão forte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, além de fazer uma análise exploratória dos dados que mostram a evolução da pobreza e da desigualdade, entre os anos de 1995 e 2013, no país e nas regiões brasileiras, buscou também, realizar uma breve avaliação da relação existente entre essas variáveis e as variáveis; população residente, população ocupada, despesas com educação e gastos com o Programa Bolsa família, apontadas na literatura como importantes para redução da pobreza e da desigualdade de renda.

Desta forma, verificou-se na maioria das matrizes do exercício uma forte correlação linear positiva entre a pobreza e a desigualdade para os anos de 1995 a 2013, principalmente no período de governo Lula e Dilma. O que indica que à medida a que desigualdade diminui a pobreza também se reduz, atestando a hipótese de que existe uma estreita relação entre essas variáveis no país e suas regiões. A partir desses resultados pode-se ver também a importância, de algumas variáveis para redução da pobreza e a desigualdade de renda no país. Constatou-se que à medida que crescem os postos de trabalho, que o governo aumenta o investimento em educação, e a transferência de renda através do Programa Bolsa Família, a incidência de pobreza e a desigualdade de renda se reduzem.

Observou-se através da análise exploratória dos dados referentes à pobreza e a desigualdade de renda, disponíveis no site do IPEADATA, que entre os anos de 1995 a 2002, período que abrange os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso, a intensidade da pobreza manteve-se bastante elevada, e que ao final do período, assim como no país, todas as regiões, exceto a região Sul, tinha sofrido elevação no nível de pobres. Com relação à desigualdade, o índice de Gini Brasileiro demonstrou uma alta concentração de renda no período, se situando em torno de 0,6. Observou-se também que nesse período, os indivíduos que correspondem à parcela dos 10% mais ricos se apropriam de uma renda média mais de 20 vezes superior à dos 40% mais pobres da população.

Já entre os anos de 2003 a 2009, período do governo Lula, a desigualdade, medida pelo índice de gini e pelas razões de renda, e o nível de pobreza no Brasil, adotaram um comportamento declinante e sustentado, isso se deve, entre outros fatores, à melhora nas condições da economia no período, o aumento na geração de emprego, a elevação da participação do governo federal, com a política de valorização do salário mínimo e a implantação e intensificação de diversos Programas de combate a pobreza, inicialmente com o

Fome Zero, implantado no governo anterior, posteriormente com Bolsa família, aumentando a renda dos mais pobres.

No primeiro mandato da atual Presidente Dilma, até 2013, último ano analisado no estudo, a população pobre e a desigualdade de renda continuaram caindo significativamente. Somente nesse período, mais de 11 milhões de pessoas deixaram de ser consideradas pobres no país.

Nestes dois últimos governos, constatou-se que assim como houve redução na incidência da pobreza e da desigualdade no país também houve queda acentuada desses indicadores nas regiões, mesmo que em níveis distintos. Com destaque para as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul que chegaram em 2013 com níveis de proporção de pobres inferiores a 7%. Entretanto, mesmo com a significativa queda, as regiões Norte e Nordeste apresentaram, no mesmo ano, uma alta concentração de pessoas pobres com níveis bastante superiores ao exibido no país.

Apesar da expressiva queda nos níveis de pobreza e desigualdade de renda obtidos no país e nas regiões nos últimos anos, a desigualdade brasileira ainda continua bastante elevada. Conforme foi mostrado, reduções na desigualdade são instrumentos importantíssimos para combater a pobreza, visto que, eleva a fatia de renda dos mais pobres e reduz a dos mais ricos. Para que a pobreza continue caindo é indispensável que a renda dos pobres siga crescendo, portanto é imprescindível que o grau de desigualdade continue declinando de forma acentuada.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; GARRIDO, F. L.; PRONI, M. W. **Projeto PIB: Estrutura do emprego e da renda**. Relatório final do estudo transversal da pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”. Rio de Janeiro: BNDES; Campinas: IE - Unicamp, agosto de 2009.
- BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; KREIN J. D.; LEONE E.; PRONI M. W.; MAIA A. G.; SALAS A. C. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Campinas: IE – Unicamp. Universidade /global do Trabalho – GLU, maio de 2010.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.A **Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Texto Para Discussão N° 800. IPEA. Rio de Janeiro, junho de 2001.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Uma análise das principais causas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 117-147, junho de 2006.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R.A **Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil**. Texto Para Discussão N° 1258. IPEA. Rio de Janeiro, janeiro de 2007.
- BRASIL. Presidência da República. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. V Relatório nacional de acompanhamento. IPEA. Brasília, maio de 2014.
- GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3. Ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000. 846p.
- HOFFMANN, R. **Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos**. Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004). Parcerias Estratégicas – Número 22 – Junho, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br>. Acesso em: maio de 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Comunicado do IPEA, n° 155. Brasília: 25 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: março de 2015.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Dois décadas de desigualdade e pobreza medidas pela Pnad/IBGE**. Comunicado do IPEA, n° 159. Brasília: 01 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: novembro de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**. Nota Técnica. Agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: abril de 2015.

IPEADATA. **Indicadores sociais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: abril de 2015.

MEDEIROS, M., BRITO, T., SOARES, F. **Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: contribuições para o debate**. Texto Para Discussão N° 1283. IPEA. Brasília, junho de 2007.

OSÓRIO, G. R., SOARES, S. S. D., SOUZA, P. H. G. F.. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Texto Para Discussão N° 1619. IPEA. Brasília, maio de 2011.

PORTAL BRASIL. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/relatorio-aponta-reducao-da-desigualdade-de-renda-no-brasil>>. Acesso em: setembro de 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: julho de 2015.

ROCHA, S. **Impacto sobre a Pobreza dos novos Programas Federais de Transferência de Renda**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 9(1): 153-185, jan./abr. 2005.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 244p.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: A Evolução de Longo Prazo (1970-2011)**. XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013). O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade. Rio de Janeiro, 13-16 de maio de 2013.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

SILVA, C. F., SOUZA JUNIOR A. S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise da contradição capitalista**. XII Congresso Português de Sociologia. Portugal, 19-22 de junho de 2012.

SOARES, S. S. D. **Análise de Bem-Estar e Decomposição por Fatores da Queda na Desigualdade entre 1995 e 2004**. Econômica, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, p. 83-115, junho de 2006.

SOUZA, P. H. G. F., OSÓRIO, G. R., SOARES, S. S. D., OLIVEIRA, L. F. B. **Perfil da Pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Texto Para Discussão N° 1647. IPEA. Brasília, agosto de 2011.

APÊNDICE

**Tabela 1A: Evolução temporal da proporção da pobreza - Brasil e grandes regiões
(1995-2013)**

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	35,10	26,9	61,3	44,0	21,0	26,6
1996	34,70	27,4	61,4	45,1	20,4	25,7
1997	35,20	24,8	62,1	46,7	20,8	26,6
1998	33,90	23,7	59,6	46,2	20,3	25,2
1999	35,30	26,2	60,6	46,9	21,6	26,9
2001	35,10	25,2	59,8	45,4	22,5	24,4
2002	34,40	24,1	58,9	46,6	22,1	22,8
2003	35,80	25,9	60,5	47,9	23,6	22,9
2004	33,70	21,7	57,7	46,7	21,8	20,4
2005	30,80	20,6	53,6	43,2	19,1	18,8
2006	26,80	16,1	48,2	39,1	15,5	15,9
2007	25,40	14,9	45,9	38,3	14,5	14,2
2008	22,60	12,6	42,1	33,3	12,5	12,6
2009	21,40	11,6	39,6	32,9	11,8	11,6
2011	18,40	8,3	35,2	31,4	9,5	9,4
2012	15,90	6,7	30,8	27,5	8,0	7,5
2013	15,10	6,7	28,8	25,8	7,8	6,9
Taxa de crescimento	-56,98%	-75,09%	-53,02%	-41,36%	-62,86%	-74,06%

Nota: *Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA

Tabela 2A: Evolução temporal da proporção de indigentes por região

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	15,2%	8,9	31,6	18,5	6,9	9,8
1996	15,6%	9,0	33,6	19,2	6,7	9,5
1997	15,6%	7,8	33,6	20,5	6,8	8,6
1998	14,5%	7,1	30,4	20,2	6,5	8,9
1999	15,0%	8,3	30,9	19,9	6,9	9,8
2001	15,2%	8,2	31,1	18,9	7,6	8,3
2002	13,9%	7,5	28,9	18,8	6,8	7,1
2003	15,2%	8,4	31,2	19,5	7,7	7,5
2004	13,2%	5,8	27,9	17,8	6,1	6,3
2005	11,5%	5,7	24,2	14,9	5,3	5,6
2006	9,5%	4,3	20,5	12,8	3,9	4,5
2007	8,9%	3,8	19,0	13,4	3,9	3,9
2008	7,6%	3,5	16,3	10,2	3,3	3,3
2009	7,3%	3,4	15,5	10,0	3,2	3,1
2011	6,3%	2,3	13,6	10,8	2,6	2,5
2012	5,3%	1,9	11,1	8,3	2,4	2,2
2013	5,5%	2,6	10,9	8,3	2,9	2,3
Taxa de crescimento	-63,82%	-70,79%	-65,51%	-55,14%	-57,97%	-76,53%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Tabela 3A: Índice de Gini - Brasil e Regiões

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	0,601	0,585	0,604	0,584	0,567	0,565
1996	0,602	0,601	0,620	0,580	0,563	0,561
1997	0,602	0,599	0,617	0,587	0,565	0,555
1998	0,600	0,603	0,610	0,583	0,566	0,557
1999	0,594	0,593	0,605	0,565	0,559	0,562
2001	0,596	0,598	0,600	0,565	0,568	0,547
2002	0,589	0,595	0,595	0,565	0,563	0,529
2003	0,583	0,580	0,585	0,543	0,557	0,531
2004	0,572	0,572	0,583	0,541	0,542	0,522
2005	0,570	0,577	0,571	0,530	0,543	0,515
2006	0,563	0,562	0,573	0,522	0,537	0,506
2007	0,556	0,574	0,564	0,535	0,523	0,505
2008	0,546	0,567	0,558	0,510	0,515	0,494
2009	0,543	0,560	0,558	0,522	0,511	0,491
2011	0,531	0,537	0,544	0,535	0,501	0,472
2012	0,530	0,531	0,542	0,513	0,505	0,468
2013	0,527	0,528	0,537	0,517	0,504	0,465
Taxa de crescimento	-12,31%	-9,74%	-11,09%	-11,47%	-11,11%	-17,70%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Tabela 4A: Razão entre a renda os 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres – Brasil e regiões

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	23,96	20,97	23,11	20,73	19,14	18,64
1996	24,53	22,97	25,95	20,30	18,76	18,31
1997	24,48	22,48	25,27	21,14	18,98	17,87
1998	23,92	22,73	24,03	20,88	18,99	17,90
1999	22,95	21,78	23,24	18,58	18,04	18,53
2001	23,28	22,27	22,85	18,48	19,16	16,97
2002	22,20	22,05	21,88	18,38	18,50	15,25
2003	21,42	20,38	20,85	16,25	17,99	15,27
2004	19,93	19,08	20,43	16,04	16,36	14,55
2005	19,56	19,63	19,10	15,10	16,41	14,08
2006	18,71	18,03	19,41	14,36	15,81	13,32
2007	18,12	19,23	18,63	15,60	14,63	13,19
2008	17,01	18,37	17,86	13,59	13,95	12,49
2009	16,66	17,67	17,94	14,61	13,59	12,21
2011	15,64	15,60	16,72	15,82	12,91	10,92
2012	15,40	15,03	16,31	13,98	13,10	10,68
2013	15,28	14,86	16,07	14,19	13,03	10,53
Taxa de crescimento	-36,23%	-29,14%	-30,46%	-31,55%	-31,92%	-43,51%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Tabela 5A: Razão entre a renda os 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres – Brasil e regiões

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	27,73	22,69	24,25	21,91	21,68	21,14
1996	29,66	24,91	28,22	22,54	21,65	20,85
1997	29,05	23,90	26,98	22,62	21,56	20,08
1998	27,78	23,31	24,54	22,56	21,39	20,36
1999	26,45	22,73	23,87	20,52	20,34	21,09
2001	27,32	23,57	24,63	19,73	22,05	19,21
2002	25,03	23,27	22,50	19,00	20,39	16,88
2003	24,70	21,97	22,39	17,26	20,09	16,87
2004	22,42	19,37	21,30	16,83	17,88	16,12
2005	21,68	20,21	20,16	15,44	17,55	15,49
2006	20,83	18,12	20,57	14,91	16,79	14,63
2007	20,70	19,47	20,88	16,99	16,00	14,53
2008	19,22	18,76	19,20	14,62	15,10	13,74
2009	18,98	17,95	19,76	15,51	14,73	13,48
2011	17,94	15,85	19,19	17,55	13,71	12,09
2012	17,31	15,39	17,93	15,31	13,85	11,63
2013	17,63	15,52	18,27	16,03	14,09	11,64
Taxa de crescimento	-36,42%	-31,60%	-24,66%	-26,84%	-35,01%	-44,94%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Tabela 6A: Participação na renda por décimo da população do Brasil

Décimos /ano	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
1995	0,70	1,61	2,39	3,28	4,36	5,61	7,45	10,41	16,33	47,85
1996	0,63	1,54	2,34	3,25	4,34	5,63	7,57	10,60	16,59	47,52
1997	0,65	1,56	2,35	3,23	4,33	5,62	7,56	10,57	16,46	47,67
1998	0,70	1,60	2,40	3,28	4,35	5,62	7,51	10,43	16,30	47,79
1999	0,74	1,67	2,47	3,36	4,45	5,70	7,53	10,46	16,35	47,27
2001	0,68	1,65	2,46	3,36	4,45	5,79	7,53	10,44	16,20	47,44
2002	0,78	1,74	2,53	3,42	4,50	5,85	7,57	10,46	16,12	47,03
2003	0,77	1,76	2,59	3,51	4,59	6,00	7,70	10,61	16,26	46,20
2004	0,86	1,89	2,72	3,63	4,73	6,13	7,82	10,68	16,21	45,33
2005	0,90	1,93	2,76	3,68	4,78	6,19	7,86	10,62	15,95	45,33
2006	0,92	1,99	2,86	3,80	4,88	6,25	7,93	10,63	15,98	44,75
2007	0,88	2,02	2,91	3,88	5,04	6,48	8,12	10,81	16,02	43,85
2008	0,96	2,11	3,04	4,01	5,17	6,59	8,19	10,87	15,99	43,06
2009	0,96	2,13	3,09	4,09	5,24	6,67	8,27	10,91	15,92	42,74
2011	0,97	2,24	3,24	4,25	5,45	6,89	8,43	10,98	15,74	41,81
2012	1,02	2,29	3,28	4,29	5,49	6,90	8,37	10,92	15,53	41,90
2013	0,96	2,28	3,30	4,33	5,54	6,97	8,44	10,97	15,65	41,55
Taxa de cresc.	37,2%	41,6%	38,1%	32,0%	27,1%	24,2%	13,3%	5,4%	(-) 4,2%	(-) 13,2%
Taxa média anual	2,18%	2,45%	2,24%	1,88%	1,59%	1,43%	0,78%	0,32%	(-) 0,25%	(-) 0,78%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Tabela 7A: População residente estimada– Brasil e regiões

Ano	Brasil	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1995	155.822.440	10.272.650	44.974.707	11.158.998	66.288.059	23.128.026
1996	159.636.413	10.769.249	45.334.385	11.604.158	68.065.957	23.862.664
1997	161.790.311	10.994.821	45.811.342	11.868.725	68.961.343	24.154.080
1998	163.947.554	11.220.742	46.289.042	12.133.705	69.858.115	24.445.950
1999	166.112.518	11.447.472	46.768.451	12.399.633	70.758.097	24.738.865
2001	172.385.826	11.885.529	48.331.186	13.245.084	73.470.763	25.453.264
2002	174.632.960	12.101.540	48.845.112	13.504.599	74.447.456	25.734.253
2003	176.871.437	12.317.271	49.352.225	13.784.881	75.391.969	26.025.091
2004	181.581.024	12.770.141	50.427.274	14.373.260	77.374.720	26.635.629
2005	184.184.264	13.020.767	51.019.091	14.698.878	78.472.017	26.973.511
2006	186.770.562	13.269.517	51.609.027	15.022.060	79.561.095	27.308.863
2007	189.612.814	13.695.944	53.088.499	15.142.684	80.187.717	27.497.970
2008	191.472.735	13.895.375	53.583.302	15.359.608	80.915.332	27.719.118
2009	192.368.347	14.243.951	53.492.816	16.094.959	80.974.794	27.561.827
2011	193.965.725	14.423.952	53.898.917	16.347.807	81.565.983	27.729.066
2012	201.054.500	14.993.191	55.786.418	17.013.559	84.465.570	28.795.762
2013	202.791.188	15.219.608	56.177.860	17.261.983	85.115.623	29.016.114
Taxa de crescimento	30,14%	48,16%	24,91%	54,69%	28,40%	25,46%

Nota:*Não há dados disponíveis no site para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Tabela 8A: Matriz de correlação– Brasil (1995-2013)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Prop. Pobres	1						
Prop. Indig.	0,984	1					
Ind. de Gini	0,962	0,981	1				
Pop. Ocupada	-0,892	-0,939	-0,973	1			
Pop. Residente	-0,861	-0,902	-0,946	0,991	1		
Desp. educação	-0,902	-0,932	-0,975	0,973	0,948	1	
Despesas BF	-0,940	-0,900	-0,948	0,921	0,922	0,966	1

Elaboração própria

Tabela 9A: Matriz de correlação– Região Centro Oeste (1995-2013)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Prop. Pobres	1						
Prop. Indig.	0,983	1					
Ind. de Gini	0,927	0,893	1				
Pop. Ocupada	-0,945	-0,947	-0,911	1			
Pop. Residente	-0,919	-0,925	-0,888	0,993	1		
Desp. educação	-0,937	-0,896	-0,824	0,934	0,894	1	
Despesas BF	-0,939	-0,925	-0,947	0,958	0,955	0,950	1

Elaboração própria

Tabela 10A: Matriz de correlação– Região Nordeste (1995-2013)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Prop. Pobres	1						
Prop. Indig.	0,987	1					
Ind. de Gini	0,942	0,965	1				
Pop. Ocupada	-0,829	-0,889	-0,945	1			
Pop. Residente	-0,907	-0,931	-0,972	0,974	1		
Desp. educação	-0,933	-0,938	-0,948	0,940	0,966	1	
Despesas BF	-0,959	-0,916	-0,949	0,693	0,887	0,991	1

Elaboração própria

Tabela 11A: Matriz de correlação – Região Norte (1995-2013)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Prop. Pobres	1						
Prop. Indig.	0,966	1					
Ind. de Gini	0,758	0,879	1				
Pop. Ocupada	-0,822	-0,902	-0,945	1			
Pop. Residente	-0,832	-0,897	-0,926	0,993	1		
Desp. educação	-0,874	-0,941	-0,920	0,946	0,913	1	
Despesas BF	-0,915	-0,832	-0,398	0,974	0,982	0,970	1

Elaboração própria

Tabela 12A: Matriz de correlação– Região Sudeste (1995-2013)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Prop. Pobres	1						
Prop. Indig.	0,973	1					
Ind. de Gini	0,946	0,963	1				
Pop. Ocupada	-0,866	-0,900	-0,951	1			
Pop. Residente	-0,774	-0,820	-0,886	0,977	1		
Desp. educação	-0,775	-0,822	-0,922	0,987	0,954	1	
Despesas BF	-0,909	-0,857	-0,883	0,898	0,880	0,938	1

Elaboração própria

Tabela 13A: Matriz de correlação– Região Sul (1995-2013)

	Prop. Pobres	Prop. Indig.	Ind. de Gini	Pop. Ocup.	Pop. Res.	Desp. educ.	Desp. BF
Prop. Pobres	1						
Prop. Indig.	0,985	1					
Ind. de Gini	0,986	0,988	1				
Pop. Ocupada	-0,957	-0,971	-0,976	1			
Pop. Residente	-0,916	-0,943	-0,945	0,981	1		
Desp. educação	-0,948	-0,937	-0,942	0,915	0,883	1	
Despesas BF	-0,921	-0,871	-0,962	0,921	0,789	0,869	1

Elaboração própria